

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Prestação de Contas do Governo – 2024 – 1º Ciclo

— 26/6/2024 — 16 horas



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS



Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, entre 1º de junho de 2023 a 31 de maio de 2024, no âmbito do primeiro ciclo do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas do Governo de 2024

1ª Reunião Conjunta da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude.

Presidente da reunião: Deputado Betão

Data: 26/6/2024

Horário: 16 horas

Local: Plenarinho IV

Assembleia Legislativa de Minas Gerais
Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho
Belo Horizonte/MG
CEP: 30190-921

Foto capa: Willian Dias ([Acervo ALMG](#))

I – Apresentação

A Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, em reunião conjunta receberam, em 26/6/2024, Alessandra Diniz Portela Silveira, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, que prestou informações sobre a gestão de suas respectivas áreas de competência relativamente ao período de 1º de junho de 2023 a 31 de maio de 2024, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: [clique aqui](#) para assistir a reunião. Ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: almg.gov.br/fiscaliza.

II – Presenças

Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social: Deputado Betão (Presidente)

Poder Executivo: Alessandra Diniz Portela Silveira (secretária de Estado de Desenvolvimento Social)

Demais presenças: Deputadas Nayara Rocha e Maria Clara Marra e deputados Antônio Carlos Arantes, Carlos Henrique Caixa, Enes Cândido, Zé Laviola e Tito Torres.

III – Temas discutidos

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas do Governo, os principais temas discutidos durante a reunião foram os seguintes:

1) Pessoa com deficiência

- Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo – Ciptea: no período de julho de 2023 a maio de 2024 foram entregues mais de 13.539 carteiras e, desde o início da distribuição em dezembro de 2021, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – fez a emissão de 25.488 Cipteas em 746 municípios; o objetivo é alcançar todos os 853 municípios mineiros.
- Projeto Central de Libras Online: previsão de destinação de R\$2,3 milhões para o projeto com o objetivo de ampliar o serviço para todos os municípios mineiros até dezembro de 2024.
- Jogos do Interior de Minas Paradesporto – Jimip: em 2023 participaram 398 atletas de 30 municípios e está prevista a realização de nova edição do Jimip em Uberlândia em outubro de 2024.
- Núcleos de Fomento Paradesporto: em 2023 foram atendidas 992 pessoas com deficiência, de 22 municípios. Para 2024 está prevista a implantação de núcleos em municípios, 13 dos quais já iniciaram suas atividades
- A secretária foi questionada a respeito da falta de previsão na Lei Orçamentária Anual – LOA – de recursos para os centros de referência de atendimento integral a pessoas com deficiência e sobre as perspectivas da Sedese para a criação desses centros. Também se questionou se a secretaria tem condições de mapear as pessoas com Transtorno do Espectro Autista no Estado. Em resposta, a

secretária informou que a Sedese faz a emissão das Cipteas, que ajudam a identificar as pessoas com TEA, e que a Ação 4129 do PPAG 2024-2027 trata da rede de apoio e fortalecimento da rede de cuidado à pessoa com deficiência. A Ação 2120, por sua vez, trata do desenvolvimento da educação especial. A secretária também informou que 5% dos alunos da rede estadual de ensino foram diagnosticados com TEA.

2) Esportes

- Bolsa Atleta e Bolsa Técnico: foram beneficiados 191 atletas em 2023, dos quais 100 paralímpicos. Em 2023 foram investidos mais de R\$1,2 milhão. E foi publicado novo edital em junho de 2024.
- Jogos Escolares de Minas Gerais – Jemg: em 2023 participaram mais de 40 mil estudantes atletas, de 720 municípios. Para 2024 há 842 inscritos, o que foi um recorde de inscrições.
- Jogos dos Povos Indígenas de Minas Gerais – Jpimg: a primeira edição ocorreu em maio de 2024, com a participação de 1.300 indígenas de 13 etnias, na Aldeia Sede, em Carmésia.
- Jogos do Interior de Minas – Jimi: recebeu R\$450 mil da Loteria Esportiva Mineira para os jogos em 2024.
- Núcleos Esportivos: foram atendidas 17.060 crianças e adolescentes, de 131 municípios, no programa Geração Esporte em 2024; também foram atendidas 1.226 pessoas idosas, de 16 municípios, no programa Melhor Geração, em 2024.
- Sedia Minas – em 2023 obteve apoio financeiro de R\$1 milhão para a realização de competições esportivas em 10 municípios mineiros. Está prevista a concessão de apoio financeiro a mais 16 municípios em 2024.
- Esporte LED – Luz, Esporte e Desenvolvimento: em 2023, 19 municípios obtiveram apoio financeiro de R\$4,1 milhões. Está prevista a concessão de apoio financeiro a mais 10 municípios em 2024, para melhoria na iluminação em quadras esportivas, em parceria com a Cemig.
- Lei de Incentivo ao Esporte – foram iniciados 36 projetos esportivos em 2024, com previsão de atendimento a 6.250 pessoas, de 37 municípios. Foram captados R\$ 26,5 milhões de janeiro a junho de 2024 (100% do limite de captação por meio do ICMS). A secretária foi questionada sobre o fato de os projetos esportivos não poderem mais captar recursos até dezembro de 2024, uma vez que o teto de captação já foi atingido. Em resposta, a secretária informou que a Sedese aporta R\$5,5 milhões para projetos que estão com dificuldade de captação, dos quais R\$3 milhões são da própria lei de incentivo ao esporte e R\$2,5 milhões da fonte do esporte.
- ICMS Esportivo: em 2023 foram repassados R\$14,5 milhões a 442 municípios. Entre janeiro e abril de 2024 o repasse foi de R\$25 milhões, e o total previsto para 2024 é de R\$ 70 milhões. De acordo com a secretária, os recursos do ICMS Esportivo foram fundamentais para a execução dos projetos da Sedese.

3) Assistência social

- Realização da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social, precedida de 15 Conferências Regionais, com quase mil participantes.
- Aumento do Piso Mineiro de Assistência Social: mais de R\$81,7 milhões foram repassados anualmente aos 853 municípios. Mais de R\$19,3 milhões foram repassados até junho de 2024. A secretária informou que foi realizado o pagamento do Piso atrasado, referente a 2017 e 2018, e que a Sedese está se articulando com o Conselho Estadual de Assistência Social para apresentar proposta de aumento do Piso.
- Creas Regionais – será mantido o funcionamento dos quatro Creas Regionais, de execução estadual, e o cofinanciamento de 32 Creas Municipais, com o repasse de mais de R\$3 milhões aos municípios por ano. Além disso, está prevista a criação de mais 223 Creas Municipais até 2027, totalizando 255 unidades cofinanciadas.
- Cofinanciamento de serviços de acolhimento institucional: está prevista a destinação de R\$45 milhões para as Apaes e para os Centro-Dia ainda em 2024.
 - Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPACCAM: foi regulamentado em fevereiro de 2024 o cofinanciamento a 22 unidades de acolhimento para crianças e adolescentes atendidos pelo programa, em 16 municípios, totalizando R\$792 mil por ano.
 - Centros-Dia para pessoas com deficiência: foram cofinanciadas 336 unidades em 339 municípios, com repasse de R\$ 125 mil por unidade, totalizando mais de R\$ 45,7 milhões.
 - Acolhimento para egressos da antiga Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor – Febem: de junho de 2023 a maio de 2024 foram formalizadas 28 parcerias, 23 das quais com Apaes, permitindo o financiamento de 365 vagas de acolhimento e investimento de R\$45 milhões de 2023 a 2028.
 - A secretária foi questionada sobre o valor que cada uma das 420 Apaes do Estado receberá e qual o critério utilizado para essa divisão. Questionou-se ainda se existe alguma ação na Sedese para que as Apaes possam receber a transferência direta de recursos sem passar pelos municípios, para que as entidades possam ter mais autonomia. A secretária informou que a Sedese está empenhada em liberar assinatura de convênios, de forma prioritária, para dar maior celeridade à execução desses convênios.
- Capacitação e apoio técnico a 29.380 pessoas de 851 municípios: de janeiro a abril de 2024, participaram 5.152 pessoas, de 728 municípios. Além disso está prevista a realização de 19 encontros regionais “O Suas na Prática” até dezembro de 2024 para capacitação de gestores e técnicos da Assistência Social.
- Aproximação Suas: no 1º ciclo foi prestado apoio à rede socioassistencial de 73 municípios e repassados a cada um o valor de R\$114.285,71, totalizando mais de R\$8,3 milhões. No 2º ciclo está prevista a prestação de apoio a 53 municípios, com o repasse de R\$152.900,00 a cada um, totalizando mais de R\$8,5 milhões. Até o momento, 25 municípios já receberam esse valor e o repasse ao restante dos municípios está prevista para até o final de junho de 2024.

- A secretária foi questionada sobre o baixo orçamento de que dispõe a Sedese diante da quantidade de áreas e ações que precisa executar.
- Financiamento do Fundo Estadual de Assistência Social – Feas: alguns deputados afirmaram que o decreto de programação orçamentária autorizou o gasto de apenas R\$100 milhões com o Feas, em que pese a Almg ter autorizado o valor de R\$332 milhões, mediante acordo com o governo. Assim, a secretária foi questionada se o governo vai destinar o valor autorizado ao Feas, se cumprirá o mínimo legal de 15% do ICMS (o equivalente a R\$137 milhões) para o Fundo de Erradicação da Miséria – FEM – e qual valor será destinado ao Feas em 2024. Em resposta, a secretária informou que convocou para o dia seguinte uma reunião com a Comissão Intergestores Bipartite – CIB – e com o Conselho Estadual de Assistência Social para colocar em deliberação a proposta de aumento do Piso Mineiro, no valor de R\$115 milhões, um aumento de 50%. Informou ainda que está em articulação com o governo do Estado para chegar ao valor de R\$150 milhões. Garantiu ainda que os 15% previstos para o piso e para a assistência social vão ser executados e estão dentro do pacote a ser enviado para aprovação na reunião mencionada. Sobre as demais indagações sobre o FEM, a secretária informou que está articulando com a Sefaz e com a Seplag para que seja apresentada uma proposta de execução responsável, de acordo com a estimativa de receita.

4) Segurança alimentar

- Programa Leite para a Primeira Infância: será feita a distribuição de leite para famílias em situação de vulnerabilidade social, especialmente aquelas de mães solo com crianças de até 6 anos de idade.
- Cozinhas Comunitárias: em 2023 foi concedido apoio financeiro de R\$666 mil para a modernização de 10 cozinhas comunitárias, administradas por 4 municípios. Até junho de 2024 foram habilitados 8 municípios para a instalação de 10 cozinhas comunitárias, somando investimento na ordem de R\$ 600 mil. Está prevista para 2025 uma ampliação desse apoio às cozinhas solidárias.
- Bancos de Alimentos: foi concedido apoio financeiro para a modernização de 8 bancos de alimentos em 2023. Está prevista a habilitação de até 20 bancos de alimentos até dezembro de 2024 para receberem a concessão de apoio financeiro de R\$ 1,2 milhão. Além disso, 18 municípios foram contemplados com recursos de emendas da Comissão de Participação Popular com o valor de R\$2,25 milhões, para aquisição de furgões para o transporte de alimentos até os bancos.
- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan: mais 40 municípios aderiram ao Sisan, totalizando 85 municípios em 2024.
- Realização da 8ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável em outubro de 2023.
- Elaboração da 6ª edição do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, com previsão de publicação em dezembro de 2024.

5) Trabalho, Emprego e Renda

- Qualificação profissional: até setembro de 2024 está prevista a abertura de 440 vagas, 20 turmas, em cursos de qualificação profissional e bolsa-auxílio de R\$ 6,00/hora por aluno. Além disso, até agosto de 2025 está previsto investimento de R\$10 milhões para oferta de 8.100 vagas, distribuídas em 356 turmas, de 101 municípios.
- Comunidade Empreendedora: foram mapeados empreendimentos em 15 comunidades e oferecidas 600 vagas para oficinas nas áreas de modelagem de negócios, *marketing* e finanças. E foram realizados aconselhamentos técnicos individuais aos empreendedores formais e informais de regiões em vulnerabilidade social.
- Feirão de Empregos: foi realizado em junho de 2024 o 1º Feirão de Empregos, por meio de parcerias com 49 empresas, com a oferta de mais de 3 mil vagas e participação de 1.200 trabalhadores. A Sedese aguarda retorno das empresas para saber quantas vagas foram de fato ocupadas.
- Minas Reciclando Atitudes: em 2023 foram atendidos 1.037 catadores e 668 assessoramentos individuais em 29 municípios. Está prevista para 2025 a expansão para mais três municípios e atendimento a mais 300 catadores.
- Economia Popular Solidária: por meio de emendas parlamentares da Comissão de Participação Popular foi possível a realização de 15 feiras regionais e uma feira estadual, com apoio a 510 empreendimentos em 2023. Em 2024 foi realizada a Conferência Estadual de Economia Popular Solidária e estão previstas quatro feiras microrregionais, uma feira regional e duas feiras estaduais, com apoio a 600 empreendimentos
- *Kits*-feira: Em 2023 foram doados 15 *kits*-feira, beneficiando 175 barracas para as feiras, por meio de recursos de emendas parlamentares da Comissão de Participação Popular no valor de R\$ 280 mil. Além disso, foram doados 1.230 *kits* feira e 120 equipamentos e implementos agrícolas, por meio de recursos do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene.
- Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários – Cadsol: foram cadastrados 180 empreendimentos econômicos solidários e vinculados aos fóruns de Economia Popular Solidária. O investimento previsto para o Fundo Rotativo Solidário é de R\$ 1,55 milhão.
- Enfrentamento ao trabalho análogo à escravidão:
 - Os deputados presentes mencionaram que Minas Gerais lidera a “lista suja” de trabalho escravo (cadastro de empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à de escravidão) e perguntaram à secretária por que a Sedese não divulga em seu portal eletrônico as pessoas físicas e jurídicas do Estado que estejam nessa lista, conforme determina a Lei nº 24.535, de 2023. Outra pergunta foi se empresas que receberam isenções fiscais do governo estariam nessa lista. A secretária também foi questionada se a Sedese tem canais institucionais para denúncias sobre trabalho escravo doméstico, uma vez que também é alto o índice desse tipo de trabalho no Estado, e quais ações são desempenhadas pela secretaria após o recebimento dessas denúncias. Em resposta, a secretária informou que a Sedese tem parceria com o Ministério Público e o Ministério do Trabalho e Emprego. Também afirmou que a Pasta faz a articulação em rede para apoio às vítimas resgatadas do trabalho análogo ao de escravo e que provavelmente esses dados não

foram divulgados por serem sigilosos. No entanto, se comprometeu a confirmar se as informações estão ou não sendo divulgadas em portais do governo e o motivo pela não divulgação, caso não estejam sendo divulgados.

- Os deputados também lembraram que é frequente nas cafeiculturas os trabalhadores não aceitarem ser registrados em carteira de trabalho para não perderem seus benefícios sociais e que é necessário aperfeiçoar a legislação estadual e federal para que eles não percam seus benefícios sociais ao se registrarem.
- Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo – Comitrate: segundo deputados presentes, o Comitrate teve sua estrutura modificada, por meio de um decreto estadual, e o governo federal passou a não ter mais direito a voto no comitê. Em resposta, a secretária não tratou do Comitrate, informou que houve a realização da 1ª Conferência Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados, Apátridas e Retornados de Minas Gerais, com eleição de oito delegados que representarão o Estado na 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apátrida que acontecerá ainda em 2024. Informou também que os debates e diálogos têm acontecido e os acompanhamentos sociais da pessoa imigrante estão sendo realizados via Cras. Informou ainda que a ampliação do piso mineiro vai ajudar na inclusão desse público.

6) Desenvolvimento Social

- Plano Estadual de Promoção do Desenvolvimento Social (2024-2033): a Sedese está elaborando esse plano com objetivos definidos de acordo com os objetivos de desenvolvimento sustentável. A secretária mencionou que finalizou o diagnóstico quantitativo e qualitativo da pobreza no Estado, conforme já informado na última edição do Assembleia Fiscaliza. Também informou que utiliza o Índice de Pobreza Multidimensional de Minas Gerais – IPI-Minas – para direcionar os programas sociais.
- Favela 3 D – Digital, Digna e Desenvolvida: o projeto-piloto será realizado na Vila Jardim Alvorada em Ribeirão das Neves com mais de 100 famílias, totalizando aproximadamente 400 pessoas. O projeto tem sete fases e já foram cumpridas duas delas: a mobilização comunitária e o diagnóstico urbano e social. No momento está sendo elaborado o Plano de Intervenções Urbanas. As fases seguintes são: Laboratório de Inovação Social, Redes de Execução, Cogestão e Pactos e de Autonomia do Território.
- Mapeia Minas: construção de ferramenta Painel de Acompanhamento dos Municípios, que já está sendo utilizada para o planejamento de ações de enfrentamento ao período chuvoso (2023 e 2024) pela Sedese e por outros órgãos estaduais. A disponibilização de acesso aos municípios está prevista para 2024.

8) Outras ações transversais

- Programa Percursos Gerais – Trajetória para a Autonomia: neste programa, a Sedese faz o acompanhamento de famílias em vulnerabilidade social: identificação das famílias, apoio com kits

de irrigação, apoio à produção, cisternas, fossas, *kits* fotovoltaicos, reformas habitacionais e esporte para crianças, jovens e idosos, assessoramento à produção e comercialização e inclusão produtiva. O programa abrange os projetos Trajeto Renda, Raízes de Minas e Moradas Gerais.

- No 1º ciclo o programa atendeu 73 municípios de baixo IDH do Estado, beneficiando 12.600 famílias. Para o 2º ciclo, cujo lançamento foi em maio de 2024 em Montes Claros, está prevista a expansão de atendimento para mais 56 municípios da região da Sudene em situação de vulnerabilidade climática, com atendimento a 2.240 famílias.
- Trajeto Renda: no 1º ciclo foram atendidas 12.600 pessoas com ações de qualificação profissional, assessoramento e inserção em dinâmicas produtivas. Para o 2º ciclo, em 2025, está previsto o atendimento de 3.024 pessoas em 56 municípios.
- Raízes de Minas: no 1º ciclo foram distribuídos 542 *kits* de irrigação para 45 municípios em 2023 e até novembro de 2024 está prevista a entrega de 168 *kits* para 12 municípios. Além disso, foram distribuídos 500 *kits* de apoio à produção para 35 municípios em 2023 e está prevista a entrega de mais 700 *kits* de apoio a 335 municípios até junho 2025. Para o 2º ciclo, está prevista a distribuição de 372 *kits* de irrigação para 25 municípios até janeiro de 2025 e de outros 820 para 31 municípios até junho de 2025. Além disso, também serão entregues 1.120 *kits* de apoio à produção para 56 municípios até junho de 2025.
- Moradas Gerais: estão previstas reformas e melhorias habitacionais em 2.240 domicílios.
- Os deputados presentes solicitaram à secretária que a Sedese continue atuando na interlocução com o governo federal para a manutenção das terras de quase 400 famílias de produtores ruais em situação de vulnerabilidade diante da nova demarcação de terras indígenas.

IV – Compromissos

Compromissos e posicionamentos do Executivo

- Informar se a lista de empregadores domiciliados em Minas Gerais que constam no cadastrado de empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à de escravidão está sendo divulgada em *sites* do governo do Estado e, se não estiver, justificar a não divulgação.
- Cumprir o mínimo legal de 15% do ICMS para o Fundo de Erradicação da Miséria – FEM –, a ser destinado ao Fundo de Assistência Social – Feas.

IV – Encaminhamentos parlamentares

Encaminhamentos dos parlamentares – Requerimentos

[RQN 7.500/2024](#): Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre o valor a ser destinado a cada uma das 420 Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apaes – do Estado e quais os

critérios utilizados para essa divisão de recursos, diante do anúncio, feito pelo governo do Estado, da autorização de R\$45.000.000,00 a serem destinados às Apaes e aos centros-dia do Estado em 2024.

[RQN 7.499/2024](#): Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para analisar a viabilidade de realizar transferência de recursos de emendas parlamentares diretamente para as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apaes –, sem passar pelos municípios.

[RQN 7.556/2024](#): Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre a garantia de destinação pelo governo do Estado de no mínimo 15% dos recursos advindos do adicional do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM – para o Fundo de Assistência Social – Feas –, conforme determina a Lei nº 6.763, de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; se o governo do Estado destinará ao Feas os recursos autorizados pela Lei Orçamentária Anual, relativa a 2024, e pela Lei nº 24.725, de 2024, que representa aproximadamente R\$332.000.000,00; o valor que será destinado para o Feas em 2024, com a indicação da respectiva fonte orçamentária; qual a estimativa de receita a ser arrecadada em 2024 e em 2025 por meio da aplicação do art. 12-A da Lei nº 6.763, de 1975, que trata da alíquota de ICMS adicional de 2% sobre itens supérfluos, bem como quais os valores nominais correspondentes à vinculação legal a ser destinada ao Feas; e se o governo do Estado inserirá na proposta de orçamento anual de 2025 a progressão da vinculação legal contida no § 6º do art. 12-A da Lei nº 6.763, de 1975, com a explicitação dos valores nominais e percentuais que pretende inserir.

Belo Horizonte, 23 de outubro de 2024.

Deputado Betão

Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social